

Fiuza ameaça o esforço concentrado

Se depender do líder do PFL e vice-líder do Governo na Câmara, Ricardo Fiuza (PE), não haverá esforço concentrado nos dias 11 e 12 próximos. O deputado argumenta que essa data foi marcada pelos líderes de oposição sem consultá-los. E, ainda que custe ao Governo a não aprovação de uma verba complementar de emergência — mais de Cr\$ 2 trilhões — o líder prefere adiar a votação para depois das eleições a ceder às pressões do PT “e de outros partidos que estão a reboque”. “É um mal menor”, afirmou. Ontem não havia um único líder governista no Congresso Nacional. Até o senador Ney Maranhão (PRN/PE) que tem dado plantão permanente em Brasília, deixou a cidade.

Para o vice-líder de Collor os partidos de oposição não honraram com o acordo feito para o último esforço concentrado. Tão logo o Congresso Nacional endossou o veto à política salarial, a esquerda negou quorum para aprovar a suplementação. Condicionaram a apreciação da matéria à votação do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 211 — mais uma versão da questão salarial — e os governistas, por sua vez, também não concordaram. “O Governo vai ter que se virar e arranjar dinheiro para resolver seus problemas”, disse Fiuza alegando que não vai mais admitir ser “chantageado”. “Eles não querem perder a equivocada bandeira de uma falsa política salarial”, acusou o deputado.

Os líderes de Collor deverão interromper suas respectivas campanhas eleitorais para definir, por telefone, a estratégia do Governo frente a nova convocação. “Não foram os partidos de oposição que marcaram o esforço concentrado, mas a presidência do Congresso”, reagiu o senador João Calmon (PMDB) que disputa com o líder do Governo José Ignácio (PST) o governo do Espírito Santo. Na sua opinião a ausência dos parlamentares de Brasília, na próxima semana, pode comprometer muito mais as eleições que a própria definição de outra política salarial.